

Senado aprova reforma e libera internet nas eleições

1 Cassação de mandato gera nova eleição direta

2 Propaganda eleitoral não terá *outdoors*

3 Cai a divulgação antecipada de dados sobre doação

Páginas 4 e 5



Maciel (E) e Azeredo se manifestam sobre as emendas em Plenário, que aprova muitas mudanças na reforma eleitoral. Texto retorna à Câmara, que pode confirmar ou não as alterações

Mais prestadores de serviços podem entrar no Simples

Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto que permite a inclusão de vários ramos de prestação de serviços no regime simplificado de tributação. **6**

Autorizado fundo para apoio a bibliotecas

Proposta que autoriza o governo a criar o Fundo Nacional de Apoio a Bibliotecas foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. **6**

Pesquisador defende ação rápida para conter aquecimento global

O diretor do Vitae Civilis, Rubens Harry Born, defendeu a adoção imediata de políticas públicas para garantir que o aquecimento global suba menos que 2º

Celsius até o final do século. Já o pesquisador Marcos Aurélio Vasconcelos afirmou que o Brasil precisa continuar investindo em energias limpas. **2**



O deputado Colbert Martins (ao centro da mesa) preside reunião de comissão; à sua direita, Rubens Harry Born

Estímulo ao reúso de água é aprovado

A Comissão de Meio Ambiente acolheu ontem projeto que permite ao Executivo criar um fundo para financiar projetos de reutilização de água. **3**

Esperanto pode ser disciplina facultativa

Projeto aprovado pela Comissão de Educação torna o esperanto "componente curricular facultativo" da grade escolar do ensino médio brasileiro. **8**

Dia da Democracia: senadores dizem que Parlamento garante liberdade

O papel fundamental do Legislativo na manutenção e no aperfeiçoamento das liberdades democráticas foi ressaltado na sessão que celebrou o Dia Internacional da Democracia. O presidente do Senado, José Sarney (foto), disse que o Parlamento é o fórum de diálogo e de harmonização de conflitos. **3**



José Sarney

Durante debate na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, pesquisador afirma que Brasil precisa continuar investindo em projetos que utilizem baixo índice de carbono

Waldemir Barreto



À mesa da comissão mista, Rubens Harry Born, deputado Colbert Martins, relator do colegiado, e Marcos Aurélio Vasconcelos

“País deve promover o uso de fontes renováveis de energia”

O Brasil já mantém uma matriz energética de boa qualidade e deve continuar investindo em ações de desenvolvimento que utilizem baixo índice de carbono, disse ontem o pesquisador Marcos Aurélio Vasconcelos em audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A audiência deu continuidade à discussão referente ao Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas, de autoria do Executivo e em tramitação na Câmara, e sobre a posição a ser adotada pelo país em dezembro, na Dinamarca, durante a Conferência das Partes das Organizações Unidas relacionada às alterações no clima (COP-15). O debate foi proposto pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES), pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que preside a comissão, e pelo deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP).

A COP-15 vai reunir especialistas de 200 países que deverão debater regras mais rígidas de

redução das emissões de gases do efeito estufa, em substituição ao Protocolo de Kyoto, que expira em 2012.

Aspectos do plano

Vasconcelos, que é pesquisador do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, observou que caberá ao Congresso Nacional aperfeiçoar as propostas contidas no plano, que na sua elaboração levou em conta sete aspectos considerados de importância fundamental pelo pesquisador: desenvolvimento de baixo carbono, energias renováveis, biocombustíveis, desmatamento, cobertura vegetal, vulnerabilidade de adaptação e ensino e pesquisa.

Em relação ao desenvolvimento de baixo carbono, ele disse que o país deve promover o uso de fontes renováveis como forma de manter a boa qualidade de sua matriz energética.

Quando às energias renováveis, Vasconcelos afirmou que o Brasil tem feito esforços para viabilizar a construção de hidre-

létricas de menor impacto, como as do rio Madeira (RO), mas observou que há preocupação por parte do setor elétrico, que teme um “desbalanceamento” com a entrada em operação de usinas térmicas.

O pesquisador destacou que a produção de etanol no Brasil pode ser intensificada com melhorias tecnológicas e que a política de biocombustíveis precisa ser aprimorada, tendo em vista que ainda não existe um óleo vegetal que produza tanta biomassa como a cana-de-açúcar.

Em resposta a Jefferson Praia (PDT-AM), que o questionou quanto aos compromissos assumidos pelo Brasil em encontros sobre mudanças climáticas, Vasconcelos disse que o país sempre estimulou a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto. Também participou do debate o diretor-executivo do Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, Rubens Harry Born.

Debatedor afirma que Lula deveria conduzir decisões

O diretor-executivo do Vitae Civilis, Rubens Harry Born, defendeu o envolvimento do Legislativo na questão das mudanças climáticas, acrescentando que o presidente Lula deveria assumir pessoalmente a condução das decisões políticas a serem tomadas em Copenhague.

A seu ver, é preciso garantir que o aquecimento global suba menos que 2º Celsius até o final do século, o que exigirá a adoção imediata de políticas públicas pelos países participantes da COP-15.

Segundo Born, as nações industrializadas deveriam cortar 45% de suas emissões até 2020, para que os países menos desenvolvidos e em desenvolvimento, como o Brasil, possam ter condições de criar a infraestrutura capaz de garantir condições dignas de vida num modelo de sustentabilidade.

Florestas plantadas podem dobrar até 2020

O Plano Nacional de Mudanças Climáticas determina a redução de 80% no índice de desmatamento da Amazônia até 2020. Também prevê dobrar a área de florestas plantadas – para 11 milhões de hectares até 2020, sendo 2 milhões de hectares com uso de espécies nativas – e aumentar a reciclagem de resíduos sólidos urbanos em 20% até 2015.

No dia 24, a comissão mista fará audiência pública na Assembleia Legislativa do Ceará, para debater as mudanças climáticas e o processo de desertificação no estado. No dia 28, promoverá debate sobre o tema “Mata Atlântica, bioma Caatinga e desertificação – A Bahia no contexto mundial de aquecimento global”, na Assembleia Legislativa do estado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão deliberativa tem início às 14h. Na ordem do dia, consta a PEC que inclui a Ca- atinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

CCT discute projetos sobre serviço de radiodifusão

Com 45 itens na pauta, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) realiza audiência, às 8h30, para tratar de projetos que autorizam serviços de radiodifusão.

CCJ analisa extinção do Conselho de Ética

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne, às 10h, para debater proposta que altera mudança no Código Penal. Outro projeto em análise estende o benefício da redução de pena aos condenados presos que colaborarem com investigação policial ou processo criminal. Na pauta da comissão, também está o projeto que extingue o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

Regulamentação de profissões na CAS

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne para analisar projeto que garante aos filhos de portadores de HIV o direito de receber leite especial para evitar o contágio. Em exame no colegiado, encontram-se também a proposta que permite a ausência ao serviço para a realização de exame preventivo de câncer e o projeto que regulamenta as profissões de artista e de técnico em espetáculos de diversões.

CPI das ONGs tem reunião administrativa às 14h30

A comissão parlamentar de inquérito que investiga a liberação, pelo governo federal, de recursos públicos para organizações não gover-

namentais (ONGs) e para organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) tem reunião administrativa às 14h30.

Instalação da comissão do cinquentenário

A comissão temporária que tem como finalidade colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília se reúne, após a ordem do dia, para proceder à instalação do órgão e eleição do presidente e do vice-presidente.

CRE ouve Jobim sobre acordo com a França

Às 10h, audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para ouvir o ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre eventual acordo com a França para o reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras.

José Sarney recebe autoridades africanas

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h, no Salão Nobre, o presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, deputado Aristides Lima; às 15h15, o presidente do Malauí, Bingu wa Mutharika; às 13h, no Palácio do Itamaraty, participa de almoço oferecido pelo presidente Lula a Bingu wa Mutharika; e, às 16h, preside a ordem do dia do Plenário.

Renan destaca recuperação da economia brasileira e defende mais desoneração

Renan Calheiros (PMDB-AL) comemorou ontem, em pronunciamento, os vários índices e dados positivos que reforçam “o discurso governamental” de que o Brasil já superou a crise financeira internacional. Renan salientou o papel do Senado nessa recuperação da economia, sugerindo medidas, aprovando-

as e (ou) melhorando as “vacinas contra crises” encaminhadas pelo governo.

– A situação do Brasil é o resultado de uma disciplina fiscal férrea ao longo dos anos, austeridade e intervenções pontuais, como foi redução de juros, eliminação do IPI para automóveis e linha branca, provisão maciça

de crédito e financiamentos de bancos públicos – assinalou.

O senador disse que a superação da recessão não aconselha a sensação de alívio e afirmou ser preciso ainda “avançar firmemente” nas desonerações tributárias e nos estímulos fiscais reclamados por vários setores da economia. Ele lembrou que

já propôs a ampliação da desoneração da cesta básica, hoje restrita aos tributos federais.

– Podemos tranquilamente chegar aos impostos estaduais e, dessa forma, favorecer os mais pobres. É negável o efeito social e o impacto econômico positivo das desonerações – afirmou.

Renan comunicou acerto feito

com o presidente da Câmara, Michel Temer visando adotar “urgência urgentíssima” para o projeto de sua autoria, já aprovado no Senado, que isenta do Imposto de Renda os aposentados que sofram de diabetes. E disse que vai procurar os líderes partidários daquela Casa para garantir rapidez na votação.

Projeto autoriza governo a criar fundo para reúso de água

O Poder Executivo poderá criar o Fundo Nacional de Reutilização de Água (Funreáguas) para financiar projetos que desenvolvam tecnologia adequada para esse fim. Previsto em projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o fundo também financiará a aquisição, instalação, conservação, ampliação e recuperação de sistemas de reutilização de água em edificações residenciais, comerciais, industriais e de serviços públicos e privados. O Funreáguas poderá financiar ainda a produção e instalação de equipamentos comunitários, urbanos e rurais de reutilização de água e dar apoio financeiro a centros de excelência engajados em promover e desenvolver tecnologias de reúso de água.

A institucionalização da prática de reúso da água no Brasil, segundo Crivella, depende de vontade política, além de mecanismo legislativo que a promova. Para o relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), o fundo permitirá economia de água, contribuindo para a sustentabilidade do

meio ambiente. O reúso da água poderá ser imprescindível em regiões afetadas por escassez de recursos hídricos, em particular o semiárido, previu.

Conservação

A comissão aprovou também proposta (PLC 19/05) que torna o Arquipélago das Ilhas Cagarras, no litoral do Rio de Janeiro, unidade federal de conservação. O texto, da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), determina que, até a criação da unidade, ficará proibida qualquer atividade que possa pôr em risco os ecossistemas e a harmonia das paisagens. Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o substitutivo recebeu o apoio do relator na CMA, senador Adelmir Santana (DEM-DF). O projeto original foi apresentado pelo deputado Fernando Gabeira (PV-RJ).

A CMA decidiu ainda aprovar emenda de Plenário de Eduardo Suplicy (PT-SP) a projeto (PLS 566/07) que regulamenta a cobrança de anuidades pelo Conselho Federal de Contabilidade. A mudança suprimiu artigo que previa a cobrança de taxa de R\$ 284 sobre serviços prestados. A decisão final cabe ao Plenário.



Renato Casagrande, presidente da CMA: comissão agenda seis debates

CMA enviará representantes a conferência sobre clima

A 15ª Conferência das Partes sobre o Clima (COP-15), em Copenhague, na Dinamarca, que acontece entre 7 e 18 de dezembro, será acompanhada por um grupo enviado pela CMA. Os integrantes da comitiva ainda serão designados.

A CMA aprovou ainda o relatório final das atividades da Subcomissão Temporária das Águas, criada para acompanhar os trabalhos do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial das Águas. O parecer foi elaborado por Marisa Serrano (PSDB-MS). A comissão decidiu tornar a subcomissão permanente e elegeu a senadora como presidente.

Por requerimento do presidente da CMA, Renato Casagrande (PSB-ES), foi aprovada a realização, no dia 2 de dezembro, de evento para marcar a criação da Rede de Fiscalização e Controle do Poder Legislativo, instalada com a finalidade de "aperfeiçoar a capacidade de adequar a ação do Estado às demandas dos cidadãos", explicou.

Segundo Casagrande, a rede promoverá a integração das comissões de Fiscalização e Controle de todas as esferas federativas, numa especialização que complementar as ações

que já vêm sendo realizadas pelo Interlegis e pelos tribunais de contas.

Audiências públicas

Seis audiências foram agendadas pela comissão. A primeira debaterá o PLS 138/09, que permite o pagamento de boletos bancários em qualquer banco, mesmo depois de sua data de vencimento. O assunto será discutido com representantes da Federação Nacional dos Bancos (Febraban) e de entidades de proteção ao consumidor.

O projeto, apresentado por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), estava na pauta de ontem da comissão. O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), propôs adiar a decisão para ouvir representantes de bancos e consumidores sobre o assunto.

A comissão realizará ainda audiências públicas sobre a utilização da energia nuclear; para celebrar o Dia Mundial da Ciência e Paz para o Desenvolvimento; para instruir a votação do PLS 159/09, sobre o estabelecimento de restrições à propaganda de alimentos para crianças; sobre o livro *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*; e sobre parâmetros de preços utilizados para obras públicas.

Em sessão especial, Senado celebra o Dia Internacional da Democracia, instituído pela ONU. Presidente do Senado destaca elaboração de leis cidadãs pelo Parlamento

À mesa do Plenário, Fernando Collor (E), Mão Santa, Efraim Morais e Marco Maciel



Senadores destacam papel do Congresso na democracia

O PLENÁRIO DO Senado celebrou ontem, em sessão especial, o Dia Internacional da Democracia, comemorado em 15 de setembro. A data foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em novembro de 2007. Todos os oradores destacaram o papel fundamental do Poder Legislativo e do Senado Federal para a manutenção e o aperfeiçoamento da democracia e da liberdade no Brasil.

Em mensagem lida pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), que presidiu os trabalhos, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que o Parlamento é a pedra angular da democracia. Citou ainda o papel do Congresso no processo de aperfeiçoamento da democracia brasileira e a elaboração de leis cidadãs, como a de Responsabilidade Fiscal, os estatutos da Criança e do Adolescente, do Idoso e do Desarmamento, entre outros.

Sarney também ocupou a tribuna e afirmou ser "melhor o pior Parlamento do que Parlamento nenhum".

O senador Efraim Morais (DEM-PB), primeiro signatário do requerimento para a realização da sessão, lembrou que a democracia no Brasil precisa e deve ser sempre aperfeiçoada e que, se isso não for feito, os congressistas se afastam de seu compromisso constitucional. Ele também criticou a postura do Poder Executivo, que engessa o Congresso com o excesso de medidas provisórias e tenta "tutelar" os demais Poderes, sobrepondo decisões que não lhe cabem ou que não deveriam ser compartilhadas. Efraim é presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar.

Os grandes teóricos e práticos da democracia – como Péricles, considerado pai desse instituto, passando por Abraham Lincoln,

chegando aos brasileiros Rui Barbosa e Joaquim Nabuco – foram mencionados pelo senador Marco Maciel (DEM-PE). Ele afirmou que "o mundo necessita expandir os valores da democracia verdadeira, autêntica, democracia social com ética e participação, atenta igualmente ao território da cultura".

Também ocuparam a tribuna os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Fernando Collor (PTB-AL), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Marcelo Crivella (PRB-RJ). Participaram da homenagem embaixadores e membros do corpo diplomático; o brigadeiro Carlos Augusto Oliveira, que representou o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito; o subsecretário de Relações Institucionais do Governo do Distrito Federal, Ednilton Viana; e o representante do presidente da Eletrobrás, Zenon Pereira Leitão.

Sarney diz que sem Parlamento não há democracia

O Parlamento permite a existência da democracia no país, afirmou o presidente do Senado, José Sarney, na sessão especial. Sarney também defendeu a reforma política para atualizar o sistema representativo e adequá-lo aos avanços tecnológicos. Em sua opinião, a tecnologia pode permitir que o cidadão vote diretamente e decida sobre assuntos de seu interesse, levando a uma democracia direta.

Sarney disse que o Parlamento é o fórum de harmonização de conflitos, no qual as pessoas se reúnem para decidir o que é melhor para a sociedade. E lembrou a discussão sobre quem representa o povo, se o Parlamento ou a mídia. Por conta disso, afirmou, para alguns, e não para ele, Sarney, a mídia passou a ser inimiga das instituições representativas.

Em sua opinião, a liberdade só é possível em estados democráticos e a presença do Parlamento é fundamental em democracias. Sarney atribuiu as críticas ao Congresso ao fato de os parlamentares discutirem de forma aberta, diferentemente dos outros Poderes.

Críticas à ingerência do Poder Executivo sobre o Legislativo

Na sessão especial em homenagem ao Dia Internacional da Democracia, o senador Efraim Morais (DEM-PB) criticou a ingerência do Poder Executivo sobre o Legislativo. Ele afirmou que o Brasil tem muito a aperfeiçoar em sua prática democrática e, se não o fizer, estará fugindo a um compromisso constitucional.

Marco Maciel (DEM-PE) citou declaração do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, ao dizer que "os sistemas democráticos são essenciais para se alcançar os objetivos de paz, direitos humanos e desenvolvimento no mundo".

Fernando Collor (PTB-AL) afirmou que a democracia é um valor, uma prática e uma realidade a que o mundo inteiro aspira, independentemente de ideologias, crenças e valores. Os valores cultuados por todas as democracias, salientou, incluem a paz, a prosperidade, a justiça e a igualdade, mas esse é um ideal ainda não alcançado em função das inúmeras guerras deflagradas no planeta. Ele mencionou que um terço das 193 nações do mundo entrou no século 21 afetado por guerras, revoltas, insurreições ou outros tipos de

violência.

Já Marcelo Crivella (PRB-RJ) ressaltou ainda ter fé na democracia, mas nos princípios de substância cristã. Na opinião do senador, foi Cristo quem primeiro ensinou que todos são irmãos e têm direito à repartição das conquistas econômicas para que, assim, seja possível praticar as virtudes e cada um cumprir seu destino.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) exaltou a conquista da democracia, que, segundo ele, só é atingida na plenitude com a liberdade. O parlamentar defendeu a liberdade de uso da internet como "ferramenta de conquista de direitos e manifestação de opiniões".

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a democracia representativa com eleições "limpas e destituídas de vícios e fraudes" e a escolha legítima dos dirigentes. O senador também criticou a ingerência do Executivo sobre o Legislativo, porém, atribuiu a situação à omissão desse último e aos escândalos que o atingem e que, avalia, abrem brechas para quem deseja "destruir" ou enfraquecer o Parlamento.

Liberação da internet, eleição direta de substitutos de governadores e prefeitos cassados, regras para pesquisas e debates entre candidatos e cotas para mulheres são alguns dos temas da reforma, cuja votação foi marcada por muita polêmica. No final, prevaleceu a negociação e o entendimento entre os senadores

Plenário conclui votação da reforma eleitoral, que retorna à Câmara

O Plenário do Senado concluiu ontem a votação da reforma eleitoral. Depois de longa discussão, os senadores decidiram liberar totalmente a internet nas eleições, eliminando restrições que haviam sido introduzidas pela Câmara dos Deputados e confirmadas durante votação nas comissões do Senado. O texto do PLC 141/09 afirma que "é livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato durante a campanha eleitoral". Garante ainda o direito de resposta de candidatos que se sentirem ofendidos, como prevê a legislação para outros meios de comunicação.

Por causa das alterações feitas pelos senadores, o projeto retornará ao exame dos deputados. Para que as alterações tenham validade nas eleições do ano que vem, a proposta deve ser examinada novamente pela Câmara e sancionada pelo presidente da República antes do dia 3 de outubro – um ano antes das eleições de 2010.

Foram apreciados ontem vários destaques para votação em separado, ou seja, tentativas de mudanças no texto que saiu das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Um deles refere-se à substituição de governadores e prefeitos cassados, assim como de seus vices. Por acordo partidário, e depois de grande polêmica ocorrida na semana passada, quando foi votado o texto-base do projeto, foi retirada uma frase de uma emenda apresentada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que, depois de modificada, recebeu aprovação. Com a exclusão, toda vez que um governador ou um prefeito for cassado, será convocada nova eleição direta.

Com isso, o Congresso tenta evitar que a Justiça Eleitoral continue dando posse ao segundo mais votado na eleição, ou que as assembleias legislativas ou câmaras de vereadores elejam indiretamente os novos mandatários. Ao lado da liberação da internet, esse foi um dos pontos mais discutidos durante mais de três horas. A emenda original de Jereissati previa a convocação de eleições diretas se a cassação ocorresse nos dois primeiros anos do mandato. Se fosse nos dois anos finais, haveria eleição indireta. Na semana passada, o próprio presidente do Senado, José Sarney, protestou contra a introdução da eleição indireta para governadores e prefeitos. Apesar do acordo que prevê sempre eleição direta após cas-

sação, vários senadores ponderaram que o assunto talvez não esteja resolvido. "Se a cassação ocorrer faltando poucos meses para o final do mandato, não haverá tempo para a convocação de novas eleições", advertiu Demostenes Torres (DEM-GO). Renato Casagrande (PSB-ES) lembrou que a Constituição prevê eleição indireta para presidente da República caso ele e seu vice sejam cassados após o segundo ano do mandato. Vários estados adaptaram a norma para suas constituições, prevendo situação idêntica para governadores.

– O STF deverá ser chamado a dizer se vale o que o Senado está aprovando em lei ou o que está nas constituições estaduais – disse Casagrande.

Sites

No caso da internet, além de liberarem de forma geral o uso da rede de computadores nas eleições, caiu ainda uma frase do projeto que proíbe o funcionamento de sites de candidatos faltando 48 horas para as eleições. Em tempo: o texto-base do projeto, aprovado na semana passada, já permitia o uso da internet nas eleições, autorizando que os candidatos tivessem sites próprios de divulgação a partir do dia 5 de julho do ano eleitoral. Só os candidatos a presidente da República poderão ter propaganda paga em sites noticiosos de internet, condição vedada a candidatos a governador, prefeito, senador, deputado ou vereador.

Os senadores rejeitaram, também depois de intenso debate, emenda destacada por Alvaro Dias (PSDB-PR) que pretendia permitir a volta da propaganda eleitoral em *outdoors*, já proibida nas últimas eleições. A volta dividiu o Plenário – foi rejeitada por 39 votos a 27. Também foi rejeitada proposta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que obrigaria os partidos e candidatos a informarem, pela internet, nos dias 6 e 30 de setembro, quem havia doado e quanto para as campanhas. Relatores do projeto, os senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) argumentaram que seria praticamente impossível cumprir a determinação faltando quatro dias para as eleições.

Também foi rejeitada outra emenda de Suplicy, que teve apoio do senador Pedro Simon (PMDB-RS), obrigando os partidos a informarem, no ano eleitoral, os nomes dos doadores originais para os partidos políticos.



Ao lado de Sarney (esq., foto ao alto) e Jereissati, os relatores Maciel e Azeredo falam sobre as emendas à reforma eleitoral. No Plenário, proposta de Mercadante (dir., foto ao lado) liberando a internet nas eleições provoca debate entre os senadores

Azeredo afirma que falta de consenso tem impedido uma verdadeira reforma eleitoral

Nas próximas eleições, propaganda paga na internet e novos meios para doação

As alterações empreendidas pelo Senado no projeto (PLC 141/09) da reforma eleitoral tração um novo panorama para as eleições do ano que vem, caso sejam mantidas pela Câmara dos Deputados.

Foi mantida a emenda que permite a propaganda paga, em sites noticiosos semelhantes a jornais impressos, na campanha para presidente da República. Serão permitidas 24 inserções, no tamanho máximo de um oitavo do espaço total do conteúdo. Os debates no rádio, TV e internet devem ter a participação de pelo menos dois terços dos candidatos, assegurada a participação dos candidatos de partidos com mais de dez representantes na Câmara dos Deputados.

A internet também poderá ser utilizada para receber doações para campanha eleitoral. A Câmara dos Deputados já havia aprovado a doação por meio de cartões de crédito. No Senado, as possibilidades foram ampliadas. As doações poderão ser feitas por meio de cartão de débito, boleto, transferência bancária e autorização de débito na conta de telefone.

Partidos e candidatos foram proibidos de receber direta ou indire-

tamente doação em dinheiro de entidades esportivas que recebam recursos públicos e o Senado derubou a determinação da Câmara para a impressão dos votos pela urna eletrônica.

O voto em trânsito para presidente da República foi retirado do texto aprovado pelos senadores. Estes consideraram que o voto em trânsito é passível de fraude. O Senado havia proibido a participação de candidatos em inaugurações ou lançamentos de pedra fundamental de obras públicas seis meses antes da eleição. No texto final, esse prazo foi reduzido para quatro meses.

O texto aprovado permite o reajuste dos benefícios concedidos por programas de assistência social, desde que haja previsão orçamentária. Esses programas, no entanto, não poderão ser ampliados nem executados por entidade nominalmente vinculada a candidato.

Todas as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverão veicular a propaganda eleitoral, inclusive as rádios e TVs comunitárias. Foram excluídos da obrigatoriedade os canais de TV

por assinatura.

A propaganda eleitoral nas ruas ficará restrita a bens particulares, por meio da fixação de faixas e cartazes não colantes que não excedam a quatro metros quadrados. O Senado proibiu a pintura de muros e paredes externas.

Os candidatos terão de comprovar idoneidade moral e reputação ilibada para obterem o registro de candidatura. Também deverão apresentar *curriculum vitae* para se registrarem. As instâncias nacionais dos partidos não poderão mais ser responsabilizadas por dívidas contraídas e não pagas por seus candidatos, a não ser que as assumam, deliberadamente.

As empresas de pesquisas de opinião deverão informar à Justiça Eleitoral nível econômico, sexo, idade e grau de instrução dos pesquisados com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os partidos serão obrigados a preencher 30% de suas candidaturas com mulheres. Também devem assegurar que 5% do montante que recebem do Fundo Partidário sejam utilizados para a capacitação de mulheres.

Nery: PSOL poderá recorrer ao STF contra "barreira" nos debates

José Nery (PSOL-PA) protestou diante da aprovação da emenda que limitou a participação nos debates transmitidos por rádio, TV ou internet aos partidos políticos que têm, ao menos, dez deputados federais.

De acordo com Nery, caso a emenda não seja derrubada durante a apreciação da reforma na Câmara, o PSOL entrará com uma ação direta de inconstitucionalidade contra o dispositivo no Supremo Tribunal Federal (STF).

– Não podemos aceitar tratamento diferenciado na participação dos partidos e de seus representantes. Ficará a bel-prazer dos órgãos de comunicação garantir a participação dos pequenos partidos – disse Nery, recebendo o apoio do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).



Para Nery, é preciso garantir participação dos pequenos partidos e não aceitar diferenciação

Eleição direta para substituir prefeito e governador cassados

Emenda à reforma eleitoral estabelecendo realização de eleição direta para escolher os substitutos de governadores e prefeitos, e seus vices, que sejam cassados durante o exercício do mandato foi aprovada em Plenário. No entanto, muitos senadores manifestaram preocupação quanto ao texto.

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO), observou que, se a cassação ocorrer nos seis últimos meses de mandato, será "quase impossível realizar uma eleição logo após a outra".

Já o líder do DEM, José Agripino (RN), discordou. Para ele, nesse caso, o candidato que pretendia disputar a sucessão poderá antecipar sua tentativa de chegar ao cargo e, se eleito, disputar a reeleição.

Tião Viana (PT-AC) disse que a Constituição estabelece a eleição indireta para substituir os cassados nos dois últimos anos de mandato. Ele acrescentou que o impasse só pode ser resolvido com a aprovação de proposta de emenda constitucional. Aloizio Mercadante (SP), líder do PT, opinou que somente no

caso de presidente da República haveria necessidade de emenda constitucional.

Tasso Jereissati (PSDB-CE), autor da emenda original à reforma – que procurava garantir eleição direta para a substituição dos cassados nos dois primeiros anos de mandato –, concordou com o texto apresentado pelo relator, Marco Maciel. Para Jereissati, "cabe ao povo dar a palavra final e não os tribunais".

O líder do PCdoB, Inácio Arruda (CE), defendeu a necessidade de, no futuro, o Congresso aprimorar o texto e resolver definitivamente o assunto. Por outro lado, ele avaliou que a aprovação provocará uma maior celeridade nas decisões dos tribunais eleitorais a respeito de perda de mandato.

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, sugeriu que fosse assumido um compromisso de votar "a toque de caixa" uma PEC, caso o espírito da emenda aprovada pelo Plenário não vigore.

Já o líder do PSB, Antônio Carlos Valadares (SE), defendeu punição não apenas para o político vitorioso que cometeu fraude durante a eleição, mas também para candidatos derrotados.

Acordo põe fim a impasse sobre internet livre nas campanhas

Um acordo entre os senadores deu fim ao impasse relacionado ao uso da internet durante a campanha eleitoral de 2010. Nova emenda ao PLC 141/09 garante a "livre manifestação do pensamento" a todo tipo de publicação em sites e blogs partidários, sites jornalísticos e redes sociais.

A alteração foi feita pelo próprio relator, Eduardo Azeredo, que em sua primeira emenda obrigava os sites jornalísticos a dar espaço igual a todos os candidatos. O senador negociou a mudança especialmente com Aloizio Mercadante (PT-SP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), que haviam apresentado emendas pela total liberdade da internet.

Com a alteração, Azeredo suprimiu artigo aprovado pela

Câmara que restringia o uso da rede de computadores nas campanhas, mas proíbe o anonimato e assegura o direito de resposta conforme a legislação vigente.

Azeredo assinalou que a utilização da internet em campanha eleitoral já havia sido regulamentada pela Lei 9.504/97, que a equiparou ao rádio e à televisão, e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que limitou a veiculação da propaganda eleitoral aos sites dos candidatos e dos partidos políticos. Na sua avaliação, polemizar em torno da liberdade na internet é um "falso dilema".

– Todos somos a favor da liberdade. Mas, se não colocarmos regras, o TSE coloca. Nós vamos outra vez abdicar do nosso dever de legislar sobre o assunto? – questionou.

Rejeitado uso de outdoors em campanhas eleitorais

Proposta que permitia a utilização de *outdoors* nas campanhas eleitorais foi rejeitada ontem pelo Plenário do Senado, depois de longo debate entre senadores favoráveis e contrários a essa emenda ao projeto de reforma eleitoral.

Os relatores Eduardo Azeredo e Marco Maciel posicionaram-se pela rejeição da emenda. Ao justificar a decisão, Marco Maciel informou que o objetivo da proibição do uso de *outdoors* é manter a cidade limpa e sem poluição visual.

Alvaro Dias (PSDB-PR), primeiro subscritor da emenda, afirmou que a permissão para utilização desses meios de comunicação visual busca justamente manter a cidade limpa, reduzindo a utilização de outras

formas de propaganda mais poluidoras.

Marina Silva (PV-AC), que vem sendo apontada como provável candidata à Presidência da República pelo Partido Verde, posicionou-se contra a utilização de *outdoors*. Segundo ela, esse tipo de propaganda, além de prejudicar o meio ambiente, é caro e, portanto, beneficia somente os grandes partidos e candidatos com mais recursos financeiros. Com ela concordaram Kátia Abreu (DEM-TO) e José Nery (PSOL-PA).

Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou que o *outdoor* "é uma maneira democrática de os candidatos se mostrarem", pois, segundo a proposta, os espaços seriam distribuídos igualmente entre os concorrentes.

Partidos não farão na internet divulgação antecipada de doações

Foram rejeitadas duas emendas de Eduardo Suplicy (PT-SP) que tornavam obrigatória a divulgação na internet das informações referentes às doações. A Emenda 67 obrigava partidos, coligações e candidatos a disponibilizar na rede, entre os dias 6 e 30 de setembro, relatório com informações completas sobre recursos recebidos e doadores.

Já a Emenda 68 acabava com a figura do "doador oculto".

– Quanto mais depressa soubermos o que foi doado, saberemos se o que foi gasto condiz com o informado – justificou Suplicy.

As emendas foram duramente criticadas por alguns senadores da oposição. Heráclito Fortes (DEM-PI) e Sérgio Guerra (PSDB-

PE) lembraram do episódio conhecido como mensalão, em que o PT foi acusado de fazer uso de caixa dois (recursos não contabilizados) para abastecer campanhas eleitorais.

– Não podemos criar artificios para inibir a doação legal e gerar um quadro de aparente transparência – frisou Sérgio Guerra.

O líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou que "quem é governo hoje pode ser oposição amanhã, e vice-versa", ao criticar a proposta.

Marina Silva (PV-AC) e Pedro Simon (PMDB-RS) apoiaram as emendas de Eduardo Suplicy. Já Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a criação de um fundo público de campanha.

Proposta de autoria de Ideli Salvatti, que estende o tratamento tributário simplificado às pessoas jurídicas dos setores de saúde, advocacia, engenharia e jornalismo, entre outros, vai agora à deliberação do Plenário

Projeto de Crivella aprimora fiscalização de concessionárias

Concessionárias e permissionárias de serviços públicos devem elaborar e publicar demonstrações contábeis e financeiras ao fim de cada exercício, seguindo as mesmas regras aplicáveis às sociedades com capital formado por ações. É o que prevê projeto (PLS 434/07) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) aprovado ontem pela CAE.

O relatório favorável é de Raimundo Colombo (DEM-SC) e a matéria seguirá agora para exame da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde receberá decisão terminativa. As regras envolvem alterações na Lei das Concessões (Lei 8.987/95) e determinam também que as demonstrações devem ficar disponíveis inclusive na internet.

Para Crivella, as medidas podem contribuir para a fiscalização das concessionárias e permissionárias pelos usuários e a consequente "repressão de eventuais abusos cometidos". O relator afirma que a exigência favorece uma fiscalização mais eficiente por parte do poder concedente.

Ato dá garantias à candidatura do Rio às Olimpíadas 2016

A CAE aprovou projeto que institui o chamado Ato Olímpico, uma espécie de carta com as garantias que o governo federal oferece para assegurar a candidatura da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Depois de lembrar que o Comitê Olímpico Internacional decide no início de outubro a cidade que receberá os jogos de 2016, Marcelo Crivella (PRB-RJ), relator da proposta (PLC 128/09), já aprovada na Câmara, apelou aos colegas para que votassem pela aprovação urgente da matéria.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Renato Casagrande (PSB-ES), Adelmir Santana (DEM-DF) e Pedro Simon (PMDB-RS), no entanto, questionaram pontos polêmicos do projeto, entre eles o dispositivo que trata da cobertura de eventuais déficits operacionais do Comitê Organizador e o que trata da dispensa de visto aos estrangeiros vinculados à realização dos Jogos Olímpicos. A matéria vai agora à CCJ.



Presidida por Garibaldi Alves, CAE aprova proposta que beneficia as atividades consideradas de natureza intelectual

Simple Nacional pode incluir novas atividades

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por unanimidade, proposta que pode garantir o acesso de pessoas jurídicas dos ramos de advocacia, engenharia e arquitetura, jornalismo e publicidade, entre outras atividades, ao regime tributário denominado Simples Nacional.

O projeto (PLS 467/08 – Complementar), da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), inclui ainda prestadores de serviço do setor da saúde, como médicos, odontólogos, psicólogos, psicanalistas, terapeutas ocupacionais e nutricionistas.

Instituído ao fim de 2006 pela lei que criou o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, o Simples Nacional permite a unificação, num único pagamento e com

alíquotas especiais, de oito tributos federais, estaduais e municipais.

O regime beneficia empresas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 2,4 milhões. No entanto, a lei deixou de fora do novo regime muitos segmentos. As regras de exceção foram abrandadas ao fim do ano passado, quando o projeto de Ideli já estava em tramitação, mas a maior parte das atividades citadas no texto de sua proposta continuou sem acesso ao regime simplificado.

O relator, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), ofereceu voto favorável à matéria, que, se aprovada pelo Plenário do Senado, irá à deliberação da Câmara dos Deputados. O parlamentar observou que a legislação do Simples Nacional veda

acesso às micro ou empresas de pequeno porte dedicadas a atividade "intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística e cultural, que constitua profissão regulamentada ou não".

Segundo destacou o relator, "essa interdição é muito criticada pelas sociedades de profissionais liberais e reduz sensivelmente o número de empresas que podem se beneficiar do regime simplificado".

Por sua vez, Ideli Salvatti observa que as atividades contábeis, por exemplo, já contempladas pelo Simples Nacional, são tão intelectuais como a advocacia, a engenharia e a medicina, entre outras. Por isso, argumenta, "a inclusão de uma e a exclusão das demais viola a isonomia de forma estridente".

Fundo para apoio a bibliotecas passa na CAE

Projeto que autoriza o governo a criar o Fundo Nacional de Apoio a Bibliotecas (Funab), visando contribuir com a implementação da lei que estabeleceu a Política Nacional do Livro, foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com a proposta (PLS 310/07), do senador Neuto de Conto (PMDB-SC), o fundo deverá financiar a construção, formação, manutenção e constituição de acervos de bibliotecas.

Neuto de Conto aponta, em defesa da proposta, o baixo índice de leitura no Brasil, bem como a necessidade de oferecer aos cidadãos maior acesso ao livro. Ele reconhece o processo de

barateamento do livro e o crescimento da indústria editorial, ao lado do aumento da renda, como fatores importantes para elevação do nível de leitura. Porém, o senador considera a proliferação de bibliotecas ainda como a melhor alternativa para "aproximar o povo do livro".

Por iniciativa do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), o projeto foi transformado em autorizativo, "para contornar a inconstitucionalidade da iniciativa, já que é de competência exclusiva do presidente da República propor leis que tratam de criação ou extinção de órgãos da administração pública. Caso não seja apresentado recurso para votação em Plenário, a matéria

seguirá logo ao exame da Câmara dos Deputados.

Pré-sal

Na mesma reunião, a CAE acatou requerimento para novo debate sobre o pré-sal. Desta vez, por sugestão de Tião Viana (PT-AC), a discussão envolverá aspectos regulatórios, econômicos e financeiros da exploração, assim como a questão da capitalização da Petrobras.

Serão convidados para o debate, marcado para 22 de setembro, dois executivos da Petrobras: o diretor Financeiro e de Relações com o Mercado, Almir Guilherme Barbassa, e o diretor de Exploração e Produção, Guilherme Estrela.

Proposta de Alvaro reduz número de deputados federais

Projeto que promove a redução gradual, em quatro eleições, do número de deputados federais de 513 para no máximo 405 está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Seriam eliminadas 27 vagas por pleito.

Também pela proposta (PLS 465/07 – Complementar), o cálculo das cadeiras correspondentes a cada estado e ao Distrito Federal – de responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – deve ser feito a partir de estatística demográfica do ano anterior, fornecida pelo IBGE. Essa alteração, segundo o autor do projeto, Alvaro Dias (PSDB-PR), depende da aprovação de uma PEC de sua autoria que reduz o limite mínimo de deputados federais por estado dos atuais oito para quatro.

O senador sustenta que o projeto contribui para o esforço de redução do tamanho do Estado brasileiro, com a consequente diminuição dos gastos públicos, e ainda propõe uma diminuição "do grave problema de desequilíbrio na representação das bancadas dos estados na Câmara". Alvaro registra que, enquanto um deputado por Roraima representa na Câmara aproximadamente 50 mil habitantes, um pelo estado de São Paulo representa em torno de 586 mil habitantes.

Voto pela rejeição

O relator na CCJ, Gim Argello (PTB-DF), vota pela rejeição da matéria. Ele afirma que a redução do número total de deputados parece-lhe "inócua, senão contraproducente, do ponto de vista da representação". E considera que, "do ponto de vista da economia, a relevância da proposta é duvidosa".

Quanto à redução do número mínimo de deputados por unidade da Federação, Gim afirma que os argumentos que constam da justificativa do projeto são procedentes. Mas sustenta que, aparentemente, essa desproporcionalidade na composição da Câmara "responde ao temor dos estados menores e menos populosos frente à excessiva concentração de poder nos estados mais povoados que a proporcionalidade estrita propiciaria". Se é assim, "a solução aritmética da questão não é suficiente, mas deve ser acompanhada de indispensável construção de garantias adicionais no ordenamento político da Federação".

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Diretor da Funasa defende parcerias com ministérios

O diretor do Departamento Indígena da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Wanderley Guenka, afirmou ontem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ser necessário incrementar parcerias com outros órgãos para resolver os problemas relacionados à saúde dos índios. Segundo Guenka, nos 34 distritos de saúde indígena existentes no país, encontram-se apenas representantes da Funasa e da Fundação Nacional do Índio (Funai), mas há questões a serem resolvidas que dependem de outros ministérios, como a dificuldade de acesso às localidades e a compra de alimentos.

– Somente a Funasa e a Funai não vão conseguir resolver o problema. É necessária a atuação de outros ministérios – argumentou.

Ele lembrou que a maioria dos índios localiza-se sobretudo na Amazônia Legal, em locais de difícil acesso e próximos a municípios com infraestrutura muito fragilizada.

O diretor foi chamado para prestar esclarecimentos sobre resultado de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) em 11 distritos de saúde indígena, a pedido do Congresso.

Foram constatadas irregularidades como falta de distribuição equânime dos recursos entre os distritos e intermediação excessiva na prestação dos serviços.

De acordo com o secretário de Controle Externo do TCU em Mato Grosso, Carlos Ferraz, em audiência na CAS na semana passada, a Funasa repassa recursos para as prefeituras, que, por sua vez, contratam organizações não governamentais (ONGs), que contratam agentes de saúde para atuar nos distritos.

Guenka assegurou que a Funasa já está cumprindo as determinações do TCU, como a aquisição de viaturas e de medicamentos. Segundo ele, a edição de portaria este mês pelo governo federal contribuirá para regulamentar o repasse de recursos para as prefeituras cuidarem da saúde indígena. A seleção de ONGs para prestar serviços às prefeituras está regulamentada em portaria que torna o processo mais rigoroso.

Guenka lembrou que há decreto determinando a autonomia dos distritos de saúde indígena. O problema é que não há profissionais para atuar nesses locais.



Wanderley Guenka (E) e Paim: índios não podem depender só da Funasa e da Funai

CAS vai ouvir presidente da Funai sobre saúde indígena

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, será convidado a falar sobre saúde indígena na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A iniciativa partiu do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), um dos responsáveis pelo pedido de auditoria ao Tribunal de Contas da União (TCU) no subsistema de saúde indígena, coordenado pelo Ministério da Saúde por meio da Funasa.

Mozarildo defendeu um aprofundamento das investigações, argumentando que o assunto é muito sério para ser tratado apenas pelo Executivo.

– O Poder Legislativo, o Ministério Público e o TCU têm que aprofundar mais a atuação nessa questão, porque estão roubando da saúde dos índios.

Embora o diretor do Departamento Indígena da Funasa, Wanderley Guenka, não possa ser responsabilizado por todos os problemas de atendimento à saúde dos índios, Mozarildo avalia que, estando há mais de dois anos no cargo, também tem responsabilidades.

Sobre a possível substituição

do departamento por uma secretaria, que estaria sendo examinada pelo Executivo, o senador disse que ela não resolveria os problemas, que não estão na concepção do subsistema de saúde indígena, mas na operacionalização. Mozarildo voltou a denunciar que organizações não governamentais (ONGs) e diretores da Funasa estariam desviando recursos da saúde indígena.

Já Flávio Arns (sem partido-PR) avalia que a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena daria mais importância ao tema. Papaléo Paes (PSDB-AP), por sua vez, acha que os problemas da Funasa são devidos a indicações políticas para o órgão. Augusto Botelho (PT-RR) considera que a situação irá melhorar se a Funasa seguir rigorosamente as determinações do TCU. Paulo Paim (PT-RS), que presidiu o debate, observou que Guenka não se manifestou contra a auditoria do TCU, e a presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), reforçou a importância da parceria entre os órgãos do governo para resolver os problemas da saúde indígena.

Plenário faz homenagem aos administradores

O Senado comemorou ontem 44 anos de criação da profissão de administrador. A homenagem foi requerida pelo 1º vice-presidente da Casa, Marconi Perillo (PSDB-GO), que presidiu a sessão. Dezenas de administradores ocuparam o Plenário durante a solenidade, entre eles o

presidente do Conselho Federal de Administração, Roberto Carvalho Cardoso; o vice-presidente da Organização Latino-Americana de Administração, José Ataíde Barretto; e os presidentes dos conselhos regionais de Santa Catarina, Jaime José Mora, e de Mato Grosso, Alvaro Scolfaro.



Dezenas de administradores ocupam o Plenário durante a solenidade que lembrou os 44 anos de criação da profissão no Brasil

ROBERTO CAVALCANTI

O aumento da importância da profissão de administrador acompanhou o crescimento da economia, afirmou Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

O senador listou os primeiros cursos de administração surgidos no Brasil. O pioneiro, relatou Cavalcanti, foi o da Escola Superior de Administração e Negócios, em São Paulo, em 1941. O senador lembrou que a profissão foi criada em 9 de setembro de 1965, por meio da Lei 4.769, que criou também o conselho federal e os conselhos estaduais de Administração.

O senador agradeceu o recebimento da Medalha do Mérito do Administrador, conferida pelo Sindicato dos Administradores da Paraíba, em nome do presidente da entidade, Lúcio Flávio Costa.

VALDIR RAUPP

“Seu empreendedorismo e sua refinada percepção vêm, nas últimas décadas, contribuindo para aprimorar os índices de eficiência e de produtividade nas empresas privadas e nos órgãos públicos”, disse Valdir Raupp (PMDB-RO) sobre a profissão de administrador.

– A adoção de novos métodos e técnicas de gestão pública e empresarial, aliada ao aprimoramento da formação profissional, tem contribuído para consolidar a presença dos administradores no mercado de trabalho – afirmou.

Em aparte, Augusto Botelho (PT-RR) enviou cumprimentos a sua filha, a administradora Roberta Regina Botelho, e ao presidente do Conselho de Administração de Roraima, Carlos Augusto Carvalho.

EDUARDO SUPLYCY

Eduardo Suplicy (PT-SP) homenageou a Fundação Getúlio Vargas (FGV), instituição em que cursou a Faculdade de Administração, entre 1960 e 1964, e na qual é professor.

O senador disse que, quando era aluno da instituição, acompanhou “de perto os primeiros anos de formação de um grande número de professores”, como Yoshiaki Nakano e Luiz Carlos Bresser Pereira.

Ele ressaltou ainda que o Ministério da Educação, ao apontar as principais instituições de ensino do país, incluiu nessa lista a Escola de Administração de Empresas da FGV de São Paulo, onde ele leciona, além das Escolas de Administração Pública e de Pós-Graduação de Economia, ambas da FGV do Rio de Janeiro.

MÃO SANTA

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que, quando decidiu deixar a “promissora carreira de cirurgião” para se tornar prefeito de Parnaíba (PI), se pôs a estudar e descobriu que administrar era como operar: exigia decisão, firmeza, trabalho em equipe.

– O planejamento é como o pré-operatório. O pós-operatório é o controle. Tem que saber começar e saber terminar. Quis Deus que estivesse ali [na ocasião de sua eleição a prefeito] Adilson Farias de Castro, administrador do campus avançado Reis Veloso, em Parnaíba – disse.

O senador, que também foi governador do estado, acrescentou que “o mundo precisa cada vez mais de pessoas com conhecimentos em administração”.

MARCONI PERILLO

Em sua luta para manter a competitividade das empresas, os administradores não devem esquecer de que o homem precisa ser o centro das sociedades em favor da geração de riquezas, alertou Marconi Perillo (PSDB-GO).

Segundo o senador, economia globalizada e crise severa são “novidades” que colocam à prova conhecimentos teóricos e práticos dos modernos administradores. Ao mesmo tempo em que eles têm de buscar a inserção das empresas no mercado internacional, devem preservar as condições para a produtividade dos trabalhadores.

Marconi lembrou que os primeiros cursos de administração foram criados após o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932.

JOSÉ SARNEY

A homenagem do presidente do Senado, José Sarney, aos administradores foi lida por Marconi Perillo. No texto, Sarney afirma que “nosso país vive um momento de retomada do crescimento após a superação da pior fase da crise econômica mundial. Neste ponto de inflexão, em que empresas e governo buscam expandir os investimentos produtivos, agiganta-se o papel do administrador, profissional capacitado para planejar e executar essa arrancada”.

Segundo o presidente do Senado, o “grande marco no ensino dessa profissão” ocorreu em 1952, com a criação da Escola Brasileira de Administração Pública da FGV. Sarney registra ainda que atualmente há quase 3 mil cursos de Administração no país.

Administradores querem estrutura remuneratória

O presidente do Conselho Federal de Administração (CFA), Roberto Carvalho Cardoso, solicitou aos senadores que incluam a profissão de administrador de empresas no rol de profissões listadas pelo Projeto de Lei 5.920/09, do Executivo, que institui uma estrutura remuneratória para os cargos efetivos de engenheiro, arqui-

teto, economista, estatístico e geólogo.

Cardoso observou que, antes o administrador tinha que optar apenas entre a administração pública e a de empresas, hoje existem mais de cem especializações. Ele acrescentou que a profissão tem apenas 44 anos de regulamentação e que o Brasil já conta com 3 mil

cursos de Administração em funcionamento, com 703 mil alunos matriculados.

– Percebemos que as escolas ainda priorizam a formação de profissionais para grandes organizações. Ignora-se, ou coloca-se em segundo plano, a preparação para atuar no mercado das pequenas e médias, 97,5% do total de empresas.



Virgílio diz que senadores devem pagar por despesas irregulares

Virgílio pede a Renan explicações sobre funcionário

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) cobrou ontem explicações de Renan Calheiros (PMDB-AL) sobre notícias publicadas pela imprensa a respeito de um ex-funcionário do parlamentar alagoano que teria estudado na Austrália às custas do Senado em 2005. Virgílio disse considerar que é dever de todos os senadores admitir publicamente eventuais equívocos administrativos, ressarcindo aos cofres públicos as despesas irregulares advindas desses erros.

Mesmo após o senador Renan Calheiros argumentar não ser de responsabilidade dos senadores o controle de frequência dos funcionários, Virgílio afirmou não estar satisfeito com as explicações. Ele ainda reclamou da demora da Mesa em lhe entregar a lista com o nome de todos os funcionários, do quadro e comissionados, que foram liberados, com ônus para o Senado, para estudar em país estrangeiro.



Renan argumenta que não cabe a senador controlar frequência

Renan afirma que encaminhou servidor ao chefe imediato

Respondendo a Arthur Virgílio, Renan Calheiros disse que o ex-servidor comissionado, Rui Palmeira, hoje deputado estadual em Alagoas, procurou-o antes de ir para a Austrália, pedindo sua autorização. Renan teria dito a ele que procurasse o chefe imediato. O senador alagoano afirmou considerar resolvida a discussão sobre cursos de servidores e que "isso ficou patente" quando recomendou à bancada do PMDB que votasse pelo arquivamento de representação contra Virgílio no Conselho de Ética devido à autorização que o amazonense deu para servidor do seu gabinete estudar no exterior.

Sem citar o nome do senador responsável, Renan relatou ainda o caso de um servidor que ficou preso por dois anos e não deixou de receber salário.

Conforme o projeto, a oferta da disciplina só será obrigatória se houver demanda. Também foi aprovada pela CE proposta sobre o estágio de estudantes grávidas

Esperanto pode ser matéria facultativa no ensino médio

O ESPERANTO – língua artificial criada para facilitar a comunicação internacional – passará a constituir "componente curricular facultativo" da grade escolar do ensino médio, segundo projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes (CE).

Segundo a proposta (PLS 27/08), relatada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), a oferta da disciplina só será obrigatória caso haja demanda. Em voto favorável, o relator observou que a universalização do esperanto "pode representar um fomento à paz entre as nações".

Votaram contra os senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB). Para Camata, trata-se de um "projeto inútil", pois quem aprender o esperanto não terá com quem praticar a nova língua.

A comissão aprovou também parecer favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC 48/08) que autoriza a concessão de tratamento especial às estudantes

estagiárias grávidas. De acordo com substitutivo do relator, senador Augusto Botelho (PT-RR), as estagiárias grávidas terão direito ao regime de exercícios domiciliares, a partir do oitavo mês de gestação, e à interrupção do estágio. Uma vez concluído o período de interrupção, o estágio prosseguirá nos termos e condições anteriormente ajustados, acrescido do número de dias correspondente ao afastamento.

– Esse projeto tem um sentimento humano – disse Augusto.

A senadora Rosalba Ciarlini

(DEM-RN) apoiou a proposta, lembrando que ela mesma teve dois filhos durante o período em que fazia o curso de Medicina.

Também recebeu parecer favorável o projeto (PLS 384/08) do senador Romeu Tuma (PTB-SP) que permite concessão de incentivos fiscais e creditícios às pessoas jurídicas que adquirirem livros técnico-profissionalizantes para distribuição gratuita aos funcionários ou à comunidade onde se localiza. O projeto, cujo relator *ad hoc* foi o senador Raimundo Colombo (DEM-SC), recebeu o voto contrário do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).



Flávio Arns (E) preside reunião da Comissão de Educação: dia de muitas votações

Aprovados novos nomes para rodovias e viadutos

Sete projetos que tratam de homenagens foram aprovados em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes. O PLS 434/08, do senador Marco Maciel (DEM-PE), denomina Rodovia Senador José Coelho trecho da BR-407 entre as cidades de Petrolina (PE) e Afrânio (PE). O relator foi Papaléo Paes (PSDB-AP). O PLS 50/09, de Demostenes Torres (DEM-GO), dá o nome de Henrique Santillo a viaduto localizado no entroncamento da BR-060 com a BR-153. Papaléo foi também o relator.

O PLC 40/09, relatado por Marco Maciel, modifica o nome de dois viadutos em Pernambuco. O PLS 10/09, de Kátia Abreu (DEM-TO), denomina Ferrovia Dorival Roriz Guedes Coelho trecho da Norte-Sul no Tocantins. O relator foi Leomar Quintanilha (PMDB-TO). O PLS 440/08, de João Pedro (PT-AM), denomina Rodovia Francisco Nogueira trecho da BR-319. O projeto teve como relatora Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

O PLC 58/09, relatado por Raimundo Colombo (DEM-SC), denomina Rodovia Ulysses Gui-

marães – Trecho Carlos Joffre do Amaral a parte da BR-282 localizada entre os municípios de São José do Cerrito e Lages, em Santa Catarina. E o PLC 26/09, que também teve Colombo como relator, denomina Rodovia Ulysses Guimarães – Trecho José Paschoal Baggio parte da rodovia entre o Trevo Índios e o trevo da BR-116, também em Lages.

Foi ainda aprovado requerimento de Marisa Serrano (PSDB-MS) para realização de audiência pública sobre a implantação do novo acordo ortográfico da língua portuguesa.



Ao lado de Valter Pereira (C), Pimentel (2º à esq.) fala à CRA

Cadastro da Previdência será base para políticas

O cadastro da Previdência Social será uma importante base de dados para a sociedade brasileira, fornecendo aos governos municipais informações necessárias para a formulação de políticas públicas, afirmou ontem o ministro José Pimentel, em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Autora do requerimento para a realização do debate, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ressaltou a necessidade de repassar, principalmente aos trabalhadores mais humildes do campo, todas as informações previdenciárias, inclusive sobre aposentadoria.

Voto de pesar pela morte do ex-senador Barão

Voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família do ex-senador e ex-governador do Acre, Geraldo Gurgel de Mesquita, conhecido como Barão, pela morte ocorrida na última sexta-feira, foi aprovado pelo Plenário. O requerimento foi de José Sarney (PMDB-AP).

Barão foi um dos fundadores do Partido Comunista no Acre, na década de 1950. Ele morreu em Brasília aos 90 anos e lutava contra um câncer. Filho do homenageado, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) agradeceu as manifestações "de pesar, de apreço, de carinho, de amizade e de solidariedade". Ele disse que seu pai foi um homem simples e austero, apesar de ter o apelido de Barão.

– Estamos prestando uma homenagem a um dos grandes senadores que passaram por esta Casa, pela sua inteligência, pelo seu patriotismo, pelo seu civismo e pela dedicação, deixando o brilho de sua presença. É um grande brasileiro que muito trabalhou pelo Acre e muito fez pelo Brasil. Deixou exemplos de honradez e competência que todos devemos seguir – afirmou José Sarney.



Tião Viana apela a deputados por aprovação de projeto de lei

Viana defende projeto sobre soro antiofídico

Tião Viana (PT-AC) apelou ontem à Câmara dos Deputados para que aprove projeto de lei de sua autoria que trata da produção e importação de soro antiofídico. O senador informou que a matéria (PL 2.413/03) encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, na qual já recebeu voto favorável do relator, deputado Gonzaga Patriota. A proposta, ressaltou, vai beneficiar mais de 20 mil pessoas apenas na Amazônia.

Atendendo à solicitação de Tião Viana, o presidente do Senado, José Sarney, prometeu pedir ao presidente da CCJ da Câmara, deputado Tadeu Filippelli, prioridade na aprovação do projeto, que tramitou no Senado como PLS 170/02.

A medida proposta, disse Tião Viana, que é médico, vai evitar a morte por picada de animais peçonhentos, especialmente serpentes, escorpiões e aranhas.



"Se depender dos votos da oposição, a PEC já está aprovada", diz Expedito

Expedito critica nota da CUT sobre servidores de RO

Expedito Júnior (PR-RO) criticou nota emitida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) de seu estado a respeito de votação da proposta que trata da transferência dos servidores públicos do então território de Rondônia para a folha da União.

A proposta deve ser apreciada hoje pela Câmara. De acordo com o senador, a nota da CUT sobre a PEC 87/03 "é maldosa" ao sugerir que nem ele nem o governador do estado, Ivo Casol, têm feito nada para obter os votos necessários à aprovação da matéria junto aos partidos da oposição na Câmara. Expedito garantiu que, "se depender dos votos da oposição, a PEC já está aprovada" e foi apoiado, em apertado, por João Ribeiro (PR-TO), Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Papaléo Paes (PSDB-AP).